

Wagner Rabello Jr

E-mail: rabello_jr@yahoo.com.br

Comunidade no orkut: Administração Pública Concurso

Cel. (21) 93750793

Questões de Administração Pública – Rio Previdência

1 – Um dos temas centrais na discussão sobre políticas públicas é a relação entre sociedade e Estado. Sobre este tema, julgues os itens a seguir:

I – A gestão social se aproxima de um processo no qual a hegemonia das ações possui caráter intersubjetivo. Isto é, no qual os interessados na decisão, na ação de interesse público, são participantes do processo decisório.

II – A gestão social é uma ação que busca, em princípio, o resultado, típico do mundo empresarial privado, porém, todos têm direito à fala.

III – A gestão social deve ser uma prática gerencial à qual, na relação sociedade-Estado, seja incorporada a participação da cidadania desde o momento da identificação do problema à implementação de sua solução.

IV – Uma das teorias das relações entre sociedade e estado, propõe que, em se tratando de políticas públicas, o estudo deve partir da ótica da sociedade.

V – Enquanto a gestão estratégica procura objetivar o “adversário” através da esfera privada, a gestão social deve atender, por meio da esfera pública, o bem comum da sociedade.

Estão corretos os itens:

- a) I, II, III, IV e V
- b) I, II, IV apenas
- c) I, III, IV e V apenas
- d) I, III apenas
- e) I e IV apenas

GABARITO: C

COMENTÁRIO:

A perspectiva da gestão social, ao contrário do que propõe a questão, vai de encontro à lógica mercadológica. Dessa forma, podemos dizer que a gestão social busca, num primeiro momento, nas palavras do professor Fernando Guilherme Tenório, de um “entendimento negociado” e não de resultados.

2 – Um dos grandes entraves à implementação de políticas públicas, principalmente nos países da América Latina, é a perspectiva jurídica, baseada puramente em leis, sob a qual está alicerçada a atividade estatal. Sobre o assunto, marque a alternativa correta.

- a) A visão meramente jurídica conduz a uma análise estática do Estado e da Administração Pública. Dando excessiva ênfase às estruturas e às normas que organizam as atividades do Estado.
- b) A visão jurídica caminha ao lado da visão antropológica, considerando que ambas levam em conta o fator humano.
- c) A perspectiva jurídica, por considerar as realidades vitais que permeiam as organizações públicas, em que pese as devidas críticas, ainda é o modelo por excelência e que deve predominar quando o assunto é política pública.
- d) Dada a dinâmica das sociedades atuais, a perspectiva jurídica é a melhor forma de criar normas mais rígidas para que se possa padronizar e implementar políticas públicas.
- e) A análise das realidades estatais sempre foi feita sob uma ótica jurídica, por isso, na atualidade, muitos autores reclamam a utilização de outras ciências para tal análise.

GABARITO: A

COMENTÁRIO:

Vamos comentar as erradas.

Letra B. O erro está em colocar a visão jurídica em pé de igualdade com as análises antropológicas, tendo em vista que apenas esta, em última análise, leva conta o fator humano através do estudo das culturas e da dinâmica social.

Letra C. A perspectiva jurídica além de não considerar as realidades vitais, pois é parametrizada por normas legais, não é considerada pelos estudiosos do assunto como um modelo por excelência, pois se considera que a interdisciplinaridade deve ser utilizada sempre e que os estudos devam ser feitos caso a caso para que se verifique a ênfase a ser dada.

Letra D. Dada a dinâmica das sociedades atuais, os estudos em políticas públicas devem partir de diversas óticas disciplinares. Ex. Antropológica, Social, Econômica etc.

Letra E. A análise das atividades estatais, ao longo do tempo, foi feita sob diversos enfoques e não apenas sob o enfoque jurídico. Porém, em que pese os estudos realizados pelos diversos campos do saber, é notório o predomínio da perspectiva jurídica.

3 – Um dos principais objetivos do Estado tanto em seu aspecto político quanto administrativo deve, ou, ao menos deveria ser, o fortalecimento da construção da cidadania. Sobre este processo, é incorreto afirmar:

- a) O processo de construção da cidadania está associado ao conjunto de transformações que ocorre em momentos de transição para economias industrializadas, sociedades urbanas e construção de um Estado moderno.
- b) A modernização brasileira caracterizou-se pela intensa diferenciação social, aliada à incapacidade de utilizar o progresso técnico e econômico para incorporar a maioria da população à comunidade política e social nacional.
- c) A construção da cidadania implica em criação de normas diferenciadas para as elites e para os demais membros da sociedade, acerca das condições de inclusão face às desigualdades.
- d) A construção do Estado e a consolidação da nacionalidade – da qual o desenvolvimento da cidadania é, ao mesmo tempo, produto e parte essencial do processo de institucionalização do poder político – prescindiram da dimensão republicana da democracia.
- e) A persistência de práticas clientelistas e patrimonialistas na relação entre os organismos estatais e os setores sociais é expressão da lógica da representação em detrimento da cidadania.

GABARITO: C

COMENTÁRIO:

Seguindo pelo caminho oposto ao que nos conduz a alternativa C, pode-se entender que uma das formas de construção e fortalecimento da cidadania reside justamente na elaboração de normas e consensos que devem ser partilhados pelas elites e pelos demais membros da sociedade. Em que pese a relatividade do princípio da igualdade, políticos e gestores públicos devem buscar sempre e sempre a busca de normatização e tratamento para pessoas em situações semelhantes, independente de classe, raça, etnia, gênero etc.

4 – Sobre as formas de intervenção, atuação e o “tamanho” do Estado, marque a alternativa incorreta .

- a) Em 1937, ano em que foi outorgada mais uma Carta, criou-se oficialmente o Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) - embora o mesmo só tenha efetivado sua atuação no ano seguinte - órgão que à época usufruía grande prestígio no que se refere à reestruturação da Administração Pública
- b) A implementação do chamado “Estado Novo” implicou a utilização da máquina administrativa então implantada como uma das formas de controle políticos em nível federal e estadual.
- c) A administração do governo Kubitschek ganhou notável lugar nas discussões de âmbitos estruturais ao criar a chamada administração paralela.
- d) Durante a ditadura militar, notadamente nos de 1964 a 1978, através da Comissão Amaral Peixoto, as reformas administrativas estiveram sempre presentes nas agendas governamentais, porém, nem sempre com a continuidade necessária.
- e) Em 1964, o governo Castelo Branco, criou uma comissão especial para tratar da reforma administrativa, os trabalhos desta comissão resultaram num anteprojeto que se transformou no Decreto-lei nº 200/67. Alguns princípios norteadores da reforma podem ser interpretados a partir do referido decreto, tais como: planejamento, descentralização, redução do número de empresas estatais, fundações e autarquias e fortalecimento e expansão do sistema de mérito.

GABARITO: E

COMENTÁRIO:

O erro da opção E está apenas na referência à *redução do número de empresas estatais, fundações e autarquias*, pois o que ocorreu na referida reforma foi justamente a expansão dessas figuras administrativas, como busca da modernização.

É importante salientar o conceito de **administração paralela** citado na alternativa C. A denominada administração paralela do governo JK, foi um meio que este e seus assessores encontraram para “driblar” as amarras burocráticas das instituições vigentes, assim, para evitar conflitos e/ou modificar ou extinguir as instituições então existentes, JK optou pela criação, a cada nova necessidade, de novos órgãos, amplamente inclinados às demandas de seus projetos.

5 - Sobre as estratégias e formas de intervenção estatal ao longo do século XX, assinale a alternativa incorreta.

- a) Atribui-se a Keynes a estratégia político-econômica que, de 1930 a 1970, transformou a natureza do Estado, favoreceu a constituição das economias e de proteção social, com o fim do pensamento liberal, abrindo espaço para o Estado ativo e intervencionista, o *Welfare State*.
- b) Keynes defendia não apenas o financiamento público de obras que criem empregos, como também investimentos privados.
- c) O que estabelece uma ruptura entre Keynes e os novos liberais é a introdução, feita por estes últimos, de uma hierarquia de legitimidade das despesas públicas, por referência a um discurso sobre as necessidades sociais.
- d) A política chamada de corte cepalino ou desenvolvimentista, propunha a superação do atraso por meio da industrialização promovida pelo setor privado que geraria economias nacionais auto-sustentáveis.
- e) Os anos 80 marcaram o esgotamento da estratégia desenvolvimentista de cunho autoritário e excludente que vigia desde os anos 30.

GABARITO: D

COMENTÁRIO:

A política proposta no âmbito da Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (CEPAL) era a de um modelo de industrialização partindo de dentro do Estado para que as economias se tornassem auto-sustentáveis. O Brasil é um dos exemplos de seguidores da política cepalina, tendo em vista que foi, por longos anos, um Estado nacional-desenvolvimentista, tendo, apenas a partir dos anos 80 iniciado seu processo de diminuição de intervenção econômica direta.